



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR – CCTA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GESTÃO E SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS - PPGSA
CAMPUS POMBAL - PB

MARIA ALEXANDRA ABREU DE SOUSA

A IMPORTÂNCIA DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

POMBAL-PB
2024

MARIA ALEXANDRA ABREU DE SOUSA

**A IMPORTÂNCIA DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

TCC apresentado ao programa de Pós-Graduação stricto sensu em Gestão e Sistemas Agroindustriais PPGSA da Universidade Federal de Campina Grande, CCTAUFCG, Campus Pombal, como requisito avaliativo.

ORIENTADOR: DR. PATRÍCIO BORGES MARACAJÁ

**POMBAL-PB
2024**

S725i

Sousa, Maria Alexandra Abreu de.

A importância da feira da agricultura familiar para o escoamento da produção agrícola/ Maria Alexandra Abreu de Sousa. – Pombal, 2024.

38 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão e Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2024.

“Orientação: Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá, Prof. Dra. Wyara Ferreira Melo”.

Referências.

1. Agricultura familiar. 2. Produção agrícola. 3. Feiras de comercialização. 4. Segurança alimentar. I. Maracajá, Patrício Borges. II. Melo, Wyara Ferreira. III. Título.

CDU 631.1.017.3 (043)

MARIA ALEXANDRA ABREU DE SOUSA

**A IMPORTÂNCIA DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O
ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

TCC apresentado ao Programa de Pós Graduação em Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Gestão e Sistemas Agroindustriais.

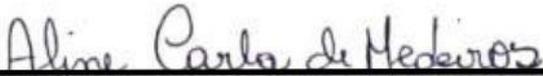
APROVADO EM: 18/10/2024

BANCA EXAMINADORA


Patricio Borges Maracajá
Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br WYARA FERREIRA MELO
Data: 23/10/2024 13:24:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Wyara Ferreira Melo
Coorientadora


Dra. Aline Carla de Medeiros
Membro Interno


Dr. Alan Del Carlos Gomes
Membro Externo

**POMBAL-PB
2024**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, minha fonte de força e inspiração durante todo o processo de elaboração deste trabalho. Sua presença constante em minha vida me permitiu superar desafios e encontrar o caminho certo para alcançar meus objetivos.

À meu esposo Daniel, minha mãe (In memorian), meu pai e meus irmãos, por todo o amor, apoio e fidelidade. Foi por vocês e com vocês que trilhei essa jornada!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Patrício Maracajá, sou profundamente grato pela generosidade com seu tempo, por compartilhar sua sabedoria e por seu olhar atento e criterioso. Sem o seu auxílio, certamente não teria obtido êxito nesta pesquisa.

Aos amigos incondicionais, Sângela Maria, Adriana Paulino, Alexandra Moreira, Luzenir Abreu, Zilma, Jackson Nogueira, Mariana Sampaio e Kledeon Paulino, com quem enfrentei de mãos dadas cada obstáculo. Vocês sempre acreditaram em mim, me deram força e me guiaram pelo caminho certo, tornando-se parte inseparável da minha família e da minha vida. “O homem de muitos amigos deve mostrar-se amigável, mas há um amigo mais chegado do que um irmão” (Provérbios 18:24).

Aos professores do Mestrado em Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, meu sincero agradecimento por suas contribuições e por estarem sempre disponíveis quando necessário.

“N3o 3 a for7a, mas a persevera7a que realiza grandes feitos.”

Samuel Johnson

SOUSA, M. A. A. **A importância da Feira da Agricultura Familiar para o escoamento da produção agrícola.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais – PPGSA, UFCG, 2024.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a importância das feiras de agricultura familiar como estratégia essencial para o escoamento da produção agrícola. O estudo busca compreender de que forma esses espaços contribuem para o fortalecimento da economia local, a valorização dos pequenos produtores e a promoção do desenvolvimento sustentável. Foi adotada uma metodologia de caráter integrativo, realizando uma revisão de literatura sobre experiências, práticas e impactos das feiras de agricultores familiares em diferentes contextos. A partir da análise das fontes pesquisadas, verificou-se que as feiras desempenham um papel fundamental na comercialização direta entre produtores e consumidores, eliminando intermediários e garantindo maior rentabilidade ao agricultor familiar. Além disso, essas feiras promovem a segurança alimentar ao disponibilizar produtos frescos e de qualidade para a comunidade local. Outro ponto relevante é a contribuição para a preservação da cultura e dos saberes tradicionais da agricultura familiar, além de estimular práticas agroecológicas e fortalecer vínculos sociais. Conclui-se que as feiras da agricultura familiar representam um canal estratégico para o escoamento eficiente da produção, ampliando a renda dos produtores e integrando a comunidade em um sistema econômico mais justo e sustentável. Dessa forma, destaca-se a necessidade de incentivo por parte de políticas públicas que garantam a continuidade e expansão desses mercados, uma vez que eles desempenham um papel central na consolidação de uma economia agrícola baseada em justiça social e sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Produção agrícola. Feiras de comercialização. Segurança alimentar. .

SOUSA, M. A. A. **A importância da Feira da Agricultura Familiar para o escoamento da produção agrícola.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais – PPGSA, UFCG, 2024

ABSTRACT

The research aims to analyze the importance of family farming fairs as an essential strategy for the flow of agricultural production. The study seeks to understand how these spaces contribute to strengthening the local economy, valuing small producers and promoting sustainable development. An integrative methodology was adopted, carrying out a literature review on the experiences, practices and impacts of family farmers' fairs in different contexts. From the analysis of the sources researched, it was found that fairs play a fundamental role in direct marketing between producers and consumers, eliminating intermediaries and ensuring greater profitability for family farmers. Furthermore, these fairs promote food security by making fresh, quality products available to the local community. Another relevant point is the contribution to the preservation of the culture and traditional knowledge of family farming, in addition to encouraging agroecological practices and strengthening social bonds. It is concluded that family farming fairs represent a strategic channel for the efficient flow of production, increasing producers' income and integrating the community into a fairer and more sustainable economic system. Therefore, the need to encourage public policies that guarantee the continuity and expansion of these markets stands out, as they play a central role in the consolidation of an agricultural economy based on social justice and environmental sustainability.

Keywords: Family Farming. Agricultural production. Marketing fairs. Food security. .

LISTA DE SIGLAS, ABREVIACES E TERMOS TÉCNICOS

AF – Agricultura Familiar

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

DAP – Declarao de Aptido ao Pronaf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAA – Programa de Aquisio de alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentao Escolar

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	OBJETIVOS.....	13
2.1	Objetivo geral.....	13
2.2	Objetivos específicos.....	13
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3.1	Agroecologia e a produção orgânica de alimentos.....	14
3.2	A importância da agricultura familiar.....	16
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	23
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
5.1	Feiras da agricultura familiar e o desenvolvimento local.....	26
5.2	O circuitos curtos de comercialização: mercados para a agricultura familiar.....	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar (AF) refere-se a um modelo de produção agrícola conduzido principalmente por famílias, em que os próprios membros são os responsáveis pela gestão e execução das atividades no campo. Essa modalidade caracteriza-se por envolver pequenas propriedades, geralmente limitadas a um território de até quatro hectares, onde a terra é trabalhada pelos proprietários e seus familiares, sem a necessidade de contratação de trabalhadores externos.

Em sua essência, a agricultura familiar é predominantemente voltada para a subsistência, ou seja, a produção tem como principal objetivo o abastecimento das necessidades alimentares da própria família, com eventual comercialização de excedentes. Esse formato não é apenas uma prática contemporânea, mas remonta aos primórdios da civilização. Ele teve início com a transição dos primeiros grupos humanos de um estilo de vida nômade para o sedentarismo, quando surgiu a necessidade de cultivar o solo, armazenar alimentos e domesticar animais para garantir a sobrevivência e estabilidade alimentar.

Além de ser uma forma tradicional de produção, a agricultura familiar tem um importante papel econômico e social, principalmente em comunidades rurais. Ela promove a autonomia das famílias envolvidas, valoriza o trabalho coletivo e mantém viva a cultura local. Ao longo do tempo, essa prática evoluiu, mas continua desempenhando um papel crucial na preservação de práticas agrícolas sustentáveis e na manutenção da segurança alimentar em diversas regiões do mundo.

Sob essa ótica, a respeito dessa relevante atividade econômica, Kamiyama (2011, p. 10) destaca que:

As primeiras manifestações da agricultura datam de aproximadamente 10 mil anos, durante o período pré-histórico conhecido como neolítico. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras experiências de domesticação de plantas e animais, acompanhadas por uma gradual mudança climática que tornou o ambiente mais favorável ao cultivo de alimentos. Mesmo que de maneira rudimentar, técnicas agrícolas começaram a ser desenvolvidas e incorporadas ao cotidiano dos primeiros grupos humanos sedentários, marcando uma transição significativa na forma de organização e sobrevivência dessas sociedades.

A partir desse ponto, a agricultura começou a se desenvolver de forma significativa, marcada por uma série de descobertas e inovações. Eventos como a domesticação de animais, o domínio do fogo, a produção de cerâmica e a formação das primeiras comunidades sedentárias

foram fundamentais para aprimorar as técnicas agrícolas e facilitar o manejo do cultivo. Com o passar do tempo, ocorreram duas importantes revoluções agrícolas, que transformaram profundamente os sistemas de produção.

A primeira Revolução Agrícola, no século XVIII, trouxe avanços significativos. Nessa fase, a agricultura passou a ser realizada em maior escala, com a introdução de técnicas mais eficientes. O desenvolvimento de novos métodos permitiu a integração entre culturas agrícolas e pecuária, além de impulsionar o uso de plantas forrageiras para alimentar o gado. Essa revolução marcou a transição para uma agricultura orientada à produtividade, consolidando práticas que elevaram a eficiência na produção e prepararam o terreno para a mecanização que viria posteriormente.

A segunda revolução agrícola, ocorrida ao longo do século XIX, foi caracterizada pela incorporação de tecnologias mais avançadas nas técnicas de plantio. Esse período trouxe o início do melhoramento genético das plantas e o uso de fertilizantes químicos, otimizando o cultivo e aumentando a produtividade. Além disso, houve uma separação mais clara entre a produção agrícola e a pecuária, e o modelo de monocultura começou a ganhar força, concentrando a produção em poucas culturas para atender à crescente demanda do mercado.

Com o avanço da tecnologia agrícola, surgiu a Revolução Verde, também conhecida como Agricultura Convencional, uma fase marcada pela introdução de maquinário moderno, fertilizantes sintéticos e defensivos químicos. Esse período, embora tenha aumentado de forma expressiva a produção mundial de alimentos e reduzido os custos de produção, trouxe sérias consequências ambientais e sociais. A intensificação da monocultura e do uso excessivo de agroquímicos contribuiu para o desmatamento, a degradação do solo, a poluição dos recursos naturais e o surgimento de problemas de saúde em decorrência da exposição a pesticidas.

Diante dos impactos negativos da Revolução Verde, surgiu uma crescente preocupação com a sustentabilidade agrícola. Isso levou ao desenvolvimento de práticas mais saudáveis e menos poluentes, buscando um equilíbrio entre produtividade e preservação ambiental. Nesse contexto, a agricultura familiar se destacou como uma alternativa viável e sustentável. Essa forma de produção, baseada em pequenos produtores que utilizam práticas tradicionais e ecológicas, não apenas preserva a biodiversidade, mas também valoriza a cultura local e promove a segurança alimentar, atendendo à demanda por alimentos saudáveis e produzidos com responsabilidade ambiental.

Segundo Abramovay (1997, p. 3):

A agricultura familiar é caracterizada pela gestão, propriedade e realização da maior parte das atividades produtivas por indivíduos ligados por laços de parentesco, sejam eles consanguíneos ou por casamento. No entanto, essa definição não é rígida nem consensual, e pode variar de acordo com diferentes contextos e finalidades. Isso se explica pela diversidade de interesses e abordagens nos campos acadêmico, social e econômico. Cada setor, ao formular categorias e conceitos, molda suas definições conforme objetivos específicos: por exemplo, a definição utilizada para concessão de crédito pode diferir daquela empregada em estudos estatísticos e pesquisas acadêmicas. Apesar das possíveis variações conceituais, há três elementos fundamentais que são comuns a todas as formas de agricultura familiar: gestão direta pela família, propriedade dos meios de produção e participação predominante do trabalho familiar. Esses três pilares formam a base desse modelo produtivo, que se diferencia pela integração entre produção agrícola e a vida familiar, muitas vezes orientando-se para a subsistência ou para a produção de pequenos excedentes destinados ao mercado local.

Com base nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo examinar o papel fundamental das feiras de agricultura familiar enquanto canais estratégicos de distribuição da produção agrícola. Tais feiras não apenas facilitam o escoamento dos produtos cultivados, mas também fomentam o desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores rurais, fortalecendo sua inclusão nos mercados e promovendo sustentabilidade local.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar a importância da feira da agricultura familiar como canal estratégico para o escoamento da produção agrícola, promovendo desenvolvimento econômico e social para os pequenos produtores rurais.

2.2 Específicos

Compreender o impacto das feiras na geração de renda para os agricultores familiares e na promoção da economia local.

Identificar os principais desafios enfrentados pelos produtores para comercializar seus produtos nas feiras e propor soluções para superá-los.

Tecer como as políticas públicas e incentivos governamentais voltados ao fortalecimento das feiras de agricultura familiar contribuem na efetividade e impacto no desenvolvimento rural.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Agroecologia e produção orgânica de alimentos

A agroecologia se destaca como uma abordagem essencial na promoção de estratégias para viabilizar produções agrícolas em áreas urbanas, com base na valorização dos recursos locais e na diversificação da produção. Seu objetivo central é preservar ou restaurar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas, promovendo práticas sustentáveis. Os sistemas agroecológicos buscam otimizar a reciclagem de energia e nutrientes, reduzindo ao máximo as perdas durante o processo produtivo, o que contribui para a eficiência ecológica e econômica dessas iniciativas (Aquino et al., 2007).

De acordo com Meirelles (2004), práticas agroecológicas estão ancoradas em princípios éticos e na garantia de direitos sociais, promovendo o resgate e uso das sementes crioulas por agricultores familiares e a conservação dos recursos naturais. Além disso, priorizam a produção de alimentos saudáveis, livres de contaminantes químicos, e fomentam novas formas de relacionamento entre produtores e consumidores, favorecendo mercados justos e solidários. A agroecologia também desempenha um papel crítico de resistência ao modelo de acumulação capitalista e às pressões impostas pela expansão do agronegócio sobre territórios rurais e urbanos.

Outro aspecto relevante é que a produção agroecológica, além dos bens agrícolas, envolve a valorização de aspectos culturais e a preservação das tradições locais, reforçando a identidade das comunidades com seus territórios. Esses elementos agregam valor econômico e simbólico às atividades agrícolas e consolidam a multifuncionalidade da agricultura urbana baseada em princípios agroecológicos. Assim, a agroecologia não apenas promove a sustentabilidade ambiental, mas também fortalece laços sociais, culturais e econômicos, formando um mosaico de práticas que integra produção, preservação e identidade territorial.

Pessoa et al. (2006) destacam que frutas e verduras da estação são consumidas de forma mais frequente quando há disponibilidade proveniente da agricultura urbana, o que contribui significativamente para a segurança alimentar e nutricional (SAN) e para a melhoria da saúde e da qualidade de vida das famílias envolvidas. Essas produções são, em grande parte, livres de agrotóxicos, aproximando-se dos padrões dos alimentos orgânicos e proporcionando uma oferta mais saudável. Contudo, a proposta dos sistemas orgânicos de produção vai além da mera ausência de agroquímicos. Para que uma produção orgânica seja sustentável, ela deve integrar dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas, promovendo um manejo que respeite o

solo, a água e o ar, além de oferecer alimentos isentos de contaminantes e seguros para o consumo (Brasil, 2003).

O sistema orgânico de produção no Brasil é regulamentado pela Lei n.º 10.831/2003, que define que qualquer produto vendido como orgânico deve passar por uma avaliação de conformidade. Essa avaliação pode ocorrer por três vias: Certificação por Auditoria, Sistema Participativo de Garantia (SPG) e Controle Social. As duas primeiras formas exigem a aplicação de um selo nacionalmente padronizado que atesta a conformidade como “produto orgânico”. O SPG, em particular, é mais adequado aos pequenos produtores, pois permite que agricultores organizados em redes participem ativamente do processo de certificação, com o apoio de consumidores e técnicos, reforçando a confiança e o controle coletivo. Já o terceiro mecanismo, o controle social, dispensa o uso de selo, desde que o agricultor esteja registrado em uma Organização de Controle Social (OCS), o que autoriza a venda direta ao consumidor final. Essa modalidade de comercialização ocorre por meio de canais tradicionais, como as feiras livres, que têm grande relevância no Sudeste e Nordeste do Brasil, atuando como centros de distribuição de frutas, legumes e verduras para as populações urbanas (Ribeiro et al., 2003).

O mercado de alimentos orgânicos no Brasil tem apresentado expressivo crescimento nos últimos anos. Conforme dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, o país possui atualmente 21.028 agricultores orgânicos registrados, com produção certificada tanto vegetal quanto animal. A Região Sul lidera o número de produtores, somando 8.716 agricultores, seguida pelo Nordeste, com 4.913, e o Sudeste, com 4.656. Entre os estados, o Paraná se destaca como o principal produtor, concentrando 3.871 propriedades certificadas, consolidando sua posição como líder nacional na produção de alimentos orgânicos. Outros estados relevantes na produção orgânica incluem Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará (MAPA, 2020).

O avanço da agricultura orgânica no Brasil reflete não apenas o crescimento da demanda por alimentos saudáveis, mas também o fortalecimento de sistemas produtivos sustentáveis que promovem a integração de práticas ecológicas, sociais e culturais. A venda direta nas feiras e o engajamento de agricultores em sistemas participativos reforçam a construção de mercados justos, aproximando produtores e consumidores e incentivando o consumo consciente, que valoriza a produção local e orgânica.

O segmento de frutas, legumes e verduras (FLV) tem sido o principal impulsionador das iniciativas de produção orgânica em estados como Rio de Janeiro, Brasília, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná (Assis; Romeiro, 2007). As hortaliças e frutas desempenham um papel estratégico na agricultura urbana (AU) por diferentes razões: as hortaliças, por apresentarem

ciclos de cultivo mais curtos, oferecem um retorno financeiro rápido; já as frutas se destacam tanto pelo maior valor de mercado quanto pela forte conexão com a cultura local, sendo cultivadas em quintais e espaços públicos urbanos. Além disso, as frutas possibilitam o desenvolvimento de produtos com valor agregado, como compotas, geleias e outros alimentos processados artesanalmente, o que amplia as oportunidades de geração de renda.

A adoção de práticas agroecológicas em áreas urbanas é fundamental por várias razões, mas se destaca como um movimento de resistência ao modelo alimentar predominante, que favorece a industrialização em detrimento de uma alimentação mais natural e tradicionalmente praticada por agricultores familiares. Esse enfoque promove o resgate de hábitos alimentares saudáveis e culturalmente integrados às comunidades locais. Estudos demonstram que os agricultores que utilizam um modelo agroecológico conseguem obter resultados positivos em sustentabilidade, tanto no aspecto econômico quanto ambiental e social (Darolt, 2012).

A produção orgânica em ambiente urbano não se resume apenas a uma alternativa ecológica, mas representa um passo significativo em direção à soberania alimentar e à segurança alimentar e nutricional (SAN) para as populações das cidades. Essa modalidade produtiva fortalece o direito ao acesso contínuo a alimentos adequados e nutritivos, alinhando-se ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Esses princípios são essenciais para garantir o bem-estar das comunidades e orientar as políticas públicas voltadas à SAN.

Além das dimensões econômicas e nutricionais, a agricultura urbana com enfoque agroecológico também desempenha um importante papel social ao reconectar os cidadãos com a produção de alimentos, incentivar o consumo consciente e valorizar as tradições locais. Ao promover sistemas de produção baseados na diversidade agrícola e no uso eficiente dos recursos naturais, a AU contribui para uma cidade mais sustentável e resiliente, criando redes locais de produção e consumo. Dessa forma, o fortalecimento da agroecologia em áreas urbanas não só melhora a qualidade de vida, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva.

3.2 A importância da agricultura familiar

A agricultura familiar (AF) refere-se a um modelo de produção em que a gestão, propriedade e trabalho estão diretamente ligados ao núcleo familiar. Normalmente realizada em pequenas propriedades, essa forma de cultivo é voltada tanto para a subsistência quanto para o abastecimento do mercado local e nacional. Embora seu foco principal seja garantir a segurança alimentar da própria família, a AF também desempenha um papel essencial na oferta

de alimentos para a sociedade em geral. Segundo Maia (2011, p. 27), “a agricultura familiar no Brasil é responsável por 70% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros”, demonstrando sua importância estratégica para o sistema alimentar do país.

Além do impacto na segurança alimentar, a agricultura familiar também possui uma expressiva contribuição econômica. Um levantamento do portal do Governo Federal (2018) aponta que a atividade movimenta, anualmente, aproximadamente US\$ 55,2 bilhões, reforçando seu peso na economia brasileira e sua relevância para o desenvolvimento rural e urbano.

Para que um agricultor seja formalmente reconhecido como agricultor familiar, é necessário que atenda aos critérios estabelecidos pela Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Essa legislação define as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, assegurando direitos e benefícios específicos para esse segmento. De acordo com o Artigo 3º da referida lei, são requisitos para a classificação:

1. Gestão familiar do empreendimento, em que a tomada de decisões é realizada pela família.
2. Propriedade e trabalho predominantemente familiares, onde a maior parte da mão de obra provém do próprio núcleo familiar.
3. Área limitada da propriedade, respeitando as restrições de tamanho estabelecidas em cada região, de modo que a exploração de recursos se mantenha sustentável.
4. Renda gerada diretamente da atividade agrícola e de empreendimentos relacionados ao setor rural, assegurando que a produção esteja conectada à lógica da economia familiar.

Além dos aspectos legais, a agricultura familiar é uma força motriz no desenvolvimento regional, contribuindo para a preservação de tradições culturais, a redução do êxodo rural e o fortalecimento das economias locais. Essa modalidade produtiva não apenas assegura o fornecimento de alimentos diversificados e de qualidade, mas também fomenta a sustentabilidade ambiental por meio de práticas agroecológicas e a gestão consciente dos recursos naturais.

A importância da AF transcende a produção agrícola, pois promove inclusão social e autonomia econômica para milhares de famílias brasileiras, fortalecendo a conexão entre tradição e inovação no campo. Ela desempenha ainda um papel essencial na construção de um modelo alimentar mais justo e sustentável, atendendo às demandas por alimentos saudáveis, seguros e próximos das comunidades consumidoras. Assim, o reconhecimento e a valorização

da agricultura familiar são fundamentais não apenas para a economia, mas também para a segurança alimentar e a preservação da identidade rural do Brasil.

Para ser enquadrado como agricultor familiar, o indivíduo deve atender aos requisitos impostos na lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que diz em seu Artigo 3º que:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; I

II - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Além de atender aos critérios definidos pela Lei n.º 11.326/2006, o agricultor familiar precisa apresentar documentação que comprove seu vínculo legal com a terra para ser formalmente reconhecido. Esse vínculo é essencial para garantir o acesso a políticas públicas específicas e participar de programas de fomento ao desenvolvimento rural. De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead,2019), a principal forma de identificação da agricultura familiar é por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A DAP funciona como uma espécie de "identidade" do agricultor familiar, certificando que ele se enquadra nos critérios exigidos para acessar diversos programas de apoio e incentivo oferecidos pelo governo federal. Com essa declaração, os agricultores podem obter benefícios que visam fortalecer suas atividades e ampliar sua capacidade de produção. Entre os programas e iniciativas disponíveis estão:

1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Oferece crédito rural a juros subsidiados, facilitando o financiamento de custeio e investimentos que aumentem a produtividade e a sustentabilidade das pequenas propriedades.

2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Garante a compra direta da produção familiar por órgãos públicos, promovendo a inclusão produtiva e o abastecimento de alimentos em instituições públicas, como escolas e hospitais.

3. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Estimula a inserção de alimentos produzidos por agricultores familiares na merenda escolar, promovendo a economia local e garantindo uma alimentação saudável aos estudantes.

4. Garantia-Safra – Benefício financeiro destinado a agricultores familiares que enfrentam perdas significativas de produção em função de secas ou outros eventos climáticos adversos.

5. Assistência técnica e extensão rural (ATER) – Oferece suporte técnico e capacitação para que os agricultores possam adotar práticas sustentáveis e inovadoras, aumentando a eficiência de suas atividades.

A DAP não apenas possibilita o acesso a crédito e programas de incentivo, mas também promove a organização e formalização da agricultura familiar, fortalecendo a inserção desses agricultores na economia local e nacional. Além disso, a documentação facilita o estabelecimento de parcerias com cooperativas e associações, ampliando as oportunidades de comercialização e agregação de valor à produção.

Esse processo de inclusão por meio da DAP é fundamental para o desenvolvimento rural, pois integra pequenos produtores a políticas públicas estruturantes que fomentam a sustentabilidade, a segurança alimentar e a redução das desigualdades no campo. Dessa forma, a emissão da DAP representa muito mais do que uma formalidade burocrática: ela é um instrumento de transformação social que promove o desenvolvimento de comunidades rurais e valoriza a agricultura familiar como um pilar da economia e da cultura nacional.

A DAP foi criada para identificar e qualificar o agricultor familiar e permitir acesso diferenciado às políticas públicas. Atualmente, a DAP concede acesso a mais de 15 políticas públicas, dentre elas o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os programas de compras instrucionais, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Garantia Safra e o Seguro da Agricultura Familiar (Sead, 2016).

Diversos programas são fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, entre eles, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Cada um desses programas desempenha um papel estratégico ao integrar a

produção dos agricultores familiares ao mercado, promover a geração de renda e incentivar o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis.

O PAA é uma iniciativa governamental cujo principal objetivo é comprar alimentos diretamente dos pequenos agricultores, fortalecendo a economia rural e valorizando a produção local. Esse programa garante aos agricultores familiares a inclusão econômica ao criar canais diretos de comercialização, dispensando intermediários e possibilitando uma remuneração justa para o produtor. De acordo com a Sead (2019), uma parcela dos alimentos adquiridos por meio do PAA é destinada à formação de estoques estratégicos, que podem ser utilizados em situações emergenciais. Além disso, esses alimentos são distribuídos para pessoas em situação de vulnerabilidade social, colaborando para a promoção do bem-estar social e para a segurança alimentar de populações em risco.

O PAA, ao promover a compra institucional direta, cumpre uma função social e econômica essencial: por um lado, incentiva a continuidade da agricultura familiar e reduz o êxodo rural, e, por outro, garante alimentos de qualidade para entidades públicas, como hospitais, creches e centros de assistência social. O programa também fortalece redes locais de abastecimento, dinamizando as economias regionais e promovendo uma alimentação mais saudável nas comunidades atendidas.

O Pronaf é outro eixo essencial de apoio à agricultura familiar, voltado à oferta de crédito rural com condições especiais. Com juros reduzidos e prazos de pagamento estendidos, o Pronaf permite que pequenos agricultores invistam em sua produção, melhorem suas infraestruturas e adotem práticas mais sustentáveis. Essa linha de crédito é direcionada tanto para o custeio das safras quanto para investimentos em tecnologias que aumentem a eficiência e agreguem valor à produção. O Pronaf tem papel decisivo na modernização da agricultura familiar, tornando-a mais competitiva e rentável.

O PNAE promove a inclusão dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos para a merenda escolar. O programa garante que uma parcela mínima de 30% dos recursos destinados à alimentação escolar seja utilizada na compra de produtos provenientes da agricultura familiar. Essa iniciativa não apenas melhora a qualidade das refeições oferecidas nas escolas, mas também incentiva o consumo de alimentos frescos e saudáveis, fortalecendo os hábitos alimentares das crianças e adolescentes. Além disso, ao priorizar a compra de produtores locais, o PNAE estimula o desenvolvimento regional e reduz a dependência de alimentos industrializados.

Esses programas — Pronaf, PAA e PNAE — são interdependentes e formam um sistema integrado de apoio à agricultura familiar, promovendo não apenas a sustentabilidade econômica

das pequenas propriedades, mas também a inclusão social e a segurança alimentar e nutricional da população. O PAA e o PNAE cumprem uma função dupla ao promover o consumo consciente e a alimentação saudável, enquanto o Pronaf assegura as condições financeiras necessárias para que os agricultores familiares invistam e melhorem suas produções.

Além de beneficiar agricultores e consumidores, esses programas fortalecem a economia solidária, ao fomentar uma produção mais próxima da lógica agroecológica e ambientalmente sustentável. Eles também contribuem para a redução das desigualdades sociais e territoriais já que impulsionam o desenvolvimento em regiões vulneráveis e garantem o acesso a alimentos de qualidade.

Dessa forma, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar são pilares estratégicos para o desenvolvimento rural e para a construção de uma economia mais justa e sustentável, ao unir produção, inclusão e bem-estar social.

É excepcional a transformação que o PAA tem promovido no campo e nas cidades – visivelmente percebido, porém pouco debatido – que é a mudança nas relações sócio territoriais entre produtores e consumidores de alimentos nas cidades e regiões. O PAA aproximou famílias trabalhadoras – produtoras e consumidoras de alimentos de forma direta nas comunidades e nas cidades (MOREIRA, 2008, p. 1).

Diante desse contexto, observa-se que a agricultura familiar, por meio de programas governamentais de apoio e incentivo, exerce um papel significativo na melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas e na promoção do desenvolvimento sustentável em todas as regiões do Brasil. A presença abrangente desse modelo de produção em diferentes contextos socioeconômicos e geográficos reforça sua capacidade de contribuir para a inclusão social, segurança alimentar e fortalecimento das economias locais.

No semiárido cearense, a agricultura familiar desempenha uma função estratégica, não apenas como fonte de subsistência, mas também como um motor para a dinamização econômica e a preservação ambiental. Esse território, marcado por clima adverso e baixa disponibilidade hídrica, demanda soluções inovadoras e práticas adaptativas, que muitas vezes são encontradas no conhecimento tradicional e nas práticas agroecológicas desenvolvidas por pequenos agricultores. A agricultura familiar, nesse cenário, se apresenta como uma alternativa sustentável capaz de gerar oportunidades de renda e emprego, além de fortalecer a identidade cultural das comunidades rurais.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a relevância da agricultura familiar na região do semiárido alagoano, enfocando seu impacto no desenvolvimento local e sua

contribuição para a resiliência econômica frente aos desafios climáticos e sociais da região. A análise busca compreender como políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm possibilitado a integração dos pequenos produtores nas cadeias produtivas locais e na construção de mercados mais justos e sustentáveis.

Além disso, o estudo investigará como a agricultura familiar no semiárido contribui para a segurança alimentar das comunidades e para a preservação de recursos naturais, integrando práticas tradicionais e inovações agroecológicas. A valorização dessa forma de produção não se limita à questão econômica, mas também fortalece a coesão social e promove práticas comunitárias de cooperação e solidariedade, elementos essenciais para enfrentar as condições adversas da região.

Portanto, este trabalho se propõe a evidenciar a importância estratégica da agricultura familiar para a transformação social e econômica no semiárido alagoano, demonstrando como essa atividade pode ser um pilar central para promover o desenvolvimento regional, reduzindo desigualdades, fixando a população no campo e garantindo uma vida digna para as famílias rurais.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem um caráter descritivo e visa explorar as contribuições das feiras da agricultura familiar para a comercialização de alimentos e o escoamento da produção agrícola. O objetivo central é mapear a produção científica sobre o tema, destacando sua relevância socioeconômica e identificando desafios enfrentados por pequenos produtores. Para isso, foi conduzida uma revisão integrativa da literatura, utilizando-se informações oriundas de fontes secundárias.

A metodologia de revisão integrativa é reconhecida por sua capacidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas empíricas e teóricas, oferecendo uma visão ampla e profunda sobre temas específicos abordados na literatura (Mendes; Araújo; Sousa, 2021; Linhares; Rolim; Sousa, 2022). Esse método se distingue por possibilitar a integração de diferentes abordagens metodológicas, o que favorece a construção de um panorama abrangente e consistente sobre o objeto de estudo, ampliando o entendimento acerca das dinâmicas envolvidas nas feiras da agricultura familiar.

O processo de revisão seguiu criteriosamente as etapas preconizadas para a realização de uma revisão integrativa: (1) delimitação do tema e formulação das questões de pesquisa; (2) definição de critérios de inclusão e exclusão dos estudos; (3) seleção das informações relevantes a serem extraídas dos trabalhos; (4) avaliação crítica dos estudos selecionados; (5) análise e interpretação dos resultados; e (6) apresentação e síntese do conhecimento produzido.

Na etapa inicial, foi elaborada a seguinte pergunta norteadora: “Qual é o papel das feiras da agricultura familiar no escoamento da produção agrícola? Quais desafios são enfrentados por agricultores e agricultoras no processo de comercialização de seus produtos?”. A partir dessa questão, foi realizada uma busca sistemática na literatura entre os meses de abril e julho de 2024, utilizando-se como fontes principais as bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Base de Dados Bibliográficos Especializada do Brasil e Google Acadêmico.

Os descritores empregados na pesquisa incluíram: “Agricultura familiar”, “Feira da agricultura familiar”, “Políticas de escoamento da produção da agricultura familiar”, e “Programas PAA e PNAE”. Esses termos permitiram a identificação de estudos relevantes que tratam da comercialização direta e das estratégias institucionais voltadas para o escoamento da produção, promovendo uma compreensão mais abrangente dos desafios e oportunidades enfrentados pelos pequenos produtores.

Em suma, este estudo busca não apenas compreender a importância das feiras da agricultura familiar no contexto atual, mas também identificar os entraves e as potencialidades dessas iniciativas para fortalecer a comercialização de produtos agroecológicos e tradicionais. Ao integrar diferentes perspectivas teóricas e empíricas, espera-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de mercado que fomentem a inclusão social e econômica dos agricultores familiares, além de incentivar práticas sustentáveis na produção e comercialização de alimentos.

Os critérios definidos para a inclusão de artigos neste estudo garantiram a seleção rigorosa de material relevante e atualizado. Foram considerados apenas estudos completos publicados entre 2019 e 2024, nos idiomas português e inglês. Por outro lado, foram excluídos estudos duplicados, revisões secundárias, publicações fora do período estipulado, resenhas, anais de congressos, teses e dissertações. O objetivo dessa filtragem foi assegurar que os trabalhos analisados fossem originais, atuais e diretamente alinhados ao tema investigado.

A busca inicial identificou 30 estudos, os quais passaram por uma triagem preliminar, baseada na leitura dos títulos e dos resumos. Durante essa fase, foram eliminados 5 artigos duplicados e 5 que se mostraram irrelevantes para o escopo da pesquisa, como os que abordavam exclusivamente o valor nutricional de alimentos (2 estudos) ou a qualidade dos produtos comercializados (3 estudos), tópicos que extrapolavam o foco da investigação sobre a comercialização e o escoamento agrícola.

Após essa triagem, 25 artigos foram selecionados para leitura integral. A análise minuciosa dos textos completos resultou na exclusão adicional de 10 estudos, uma vez que 5 deles abordavam a comercialização em larga escala, enquanto outros 5 tratavam de comercialização não orgânica, aspectos que não atendiam aos objetivos específicos da pesquisa, que prioriza a agricultura familiar e as feiras como canais alternativos e locais de escoamento.

Na terceira etapa, os estudos que passaram pelo processo de seleção foram organizados e sistematizados em uma planilha eletrônica, onde se registraram informações-chave. Entre os dados extraídos estão: ano de publicação, autores, título, resumo, país de origem, idioma, periódico de publicação, e considerações relevantes sobre a importância das feiras da agricultura familiar no escoamento da produção agrícola. Essa sistematização permitiu agrupar os estudos de maneira clara e objetiva, facilitando a análise comparativa entre as diferentes pesquisas.

A síntese dos resultados foi realizada com base em um instrumento analítico estruturado, utilizando-se uma tabela com variáveis específicas, como: título do artigo, ano de publicação, periódico, objetivos do estudo, metodologia empregada e principais resultados. As informações foram organizadas cronologicamente, proporcionando uma visão sistemática e integrada sobre

o papel das feiras da agricultura familiar na comercialização de produtos e no escoamento da produção.

Esse processo de organização e categorização dos estudos possibilitou uma compreensão aprofundada e ordenada das evidências científicas, permitindo identificar padrões e lacunas na literatura, além de destacar as contribuições mais significativas para a formulação de estratégias e políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Feiras da agricultura familiar e o desenvolvimento local

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a delimitação do Semiárido brasileiro segue critérios técnicos relacionados ao regime climático e à disponibilidade hídrica da região. Três parâmetros principais são considerados: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, Índice de Aridez de Thornthwaite menor ou igual a 0,50 e déficit hídrico diário superior a 60% ao longo do ano. Essa região engloba áreas dos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, abrangendo um total de 1.262 municípios.

Essas condições ambientais configuram o Semiárido como uma área de clima predominantemente seco, o que historicamente tem contribuído para a perpetuação de problemas socioeconômicos, como pobreza e desigualdade social. No entanto, a realidade local é mais complexa do que uma visão meramente negativa. Embora as adversidades climáticas representem desafios significativos, as comunidades locais têm desenvolvido estratégias adaptativas para conviver com as condições áridas, buscando formas de superação e crescimento socioeconômico.

Vários programas foram implementados para apoiar a agricultura familiar e fomentar o desenvolvimento sustentável na região. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Uma Água, Duas Terras (P1+2), desenvolvido pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil). O P1+2 promove a captação de água da chuva, essencial para garantir a sustentabilidade da produção agrícola, especialmente em períodos de estiagem. Além da irrigação, o programa incentiva o manejo sustentável do solo e dos recursos hídricos, contribuindo para uma agricultura familiar mais resiliente e produtiva.

As feiras livres desempenham um papel crucial na economia regional, não apenas como canais de escoamento da produção agrícola, mas também como motores de geração de renda e fortalecimento do desenvolvimento local. Um exemplo notável é a feira livre de Canindé, no Ceará, que funciona como um espaço vital para os produtores familiares comercializarem seus produtos diretamente com os consumidores. Além de fomentar a economia local, essas feiras preservam características culturais e tradicionais da região, resistindo às pressões da urbanização e contribuindo para a manutenção de identidades locais.

Esses espaços, portanto, vão além da simples comercialização: são pontos de encontro social e de articulação comunitária, fortalecendo laços entre os produtores e consumidores e promovendo a agricultura familiar como um modelo viável de desenvolvimento. A resistência à urbanização, presente em iniciativas como a feira de Canindé, reflete um movimento de valorização das práticas rurais e uma reafirmação do papel essencial que a agricultura local e sustentável exerce na economia do Semiárido.

Embora o Semiárido brasileiro seja frequentemente associado a condições adversas e pobreza, a capacidade adaptativa das comunidades locais e as políticas de incentivo agrícola mostram que a região possui grande potencial para superar seus desafios. A conjugação de iniciativas como o P1+2 e as feiras livres exemplifica como é possível promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das populações locais, valorizando a agricultura familiar e garantindo autonomia e resiliência econômica para os pequenos produtores.

A feira acontece no coração da cidade de Canindé, sempre às quartas-feiras, reunindo uma variedade de produtos típicos da região. Entre os itens comercializados destacam-se amendoim, milho, azeite de dendê, banana, inhame, laranja, mandioca, manga, graviola, jiló, maxixe, feijão verde, batata-doce, além de hortaliças e verduras frescas. Mais do que um espaço de comercialização, a feira se transforma em um ponto de convivência e integração social, reunindo familiares, amigos e visitantes, e promovendo um ambiente de troca cultural e aprendizado coletivo. Além disso, ela se consolida como um símbolo de pertencimento e identidade local, onde laços afetivos e tradições se encontram.

O relacionamento entre os feirantes é um dos pilares que sustentam a dinâmica da feira. De acordo com observações realizadas pela pesquisadora, a organização das barracas não segue apenas critérios comerciais, mas respeita vínculos de amizade e colaboração entre os vendedores. Caso um feirante não possa comparecer, o seu espaço é frequentemente cedido a outro colega, após um acordo informal e amistoso, demonstrando um espírito de cooperação e empatia. Essa flexibilidade e apoio mútuo reforçam a união entre os participantes e contribuem para a harmonia do ambiente.

Além de atender à demanda por produtos alimentícios nas áreas urbanas, a feira também reflete a diversidade da produção agrícola regional e valoriza as relações ecológicas envolvidas nesse processo. A pesquisa revela que a atividade dos feirantes é motivada por diferentes razões: 42,8% dos entrevistados consideram a feira uma fonte complementar de renda, 33,3% a veem como continuidade de um estilo de vida aprendido desde a infância, e 23,9% dependem dela por falta de outras oportunidades de emprego. Esses dados evidenciam que a feira não apenas

movimenta a economia local, mas também desempenha um papel relevante na inclusão social, especialmente para as populações de menor renda.

Em um estudo realizado em Condado, na Paraíba, sobre o cultivo nas margens do Açude Engenheiro Arcoverde e no Perímetro Irrigado, observou-se que a agricultura familiar representa um caminho promissor para o desenvolvimento local sustentável. As práticas agrícolas realizadas por pequenos grupos familiares demonstram ser uma estratégia eficaz para gerar emprego, melhorar a qualidade de vida e preservar o meio ambiente. O fortalecimento da agricultura familiar, no entanto, depende de políticas públicas adequadas e de maior investimento no setor. A ausência de incentivos governamentais específicos ou a implementação de políticas inadequadas têm se mostrado barreiras significativas para o avanço desse modelo de desenvolvimento sustentável. Assim, torna-se essencial que as autoridades priorizem a agricultura familiar, garantindo sua expansão e contribuindo para a construção de um futuro mais equilibrado e próspero para todos.

É importante ressaltar que a agricultura familiar aumenta a renda dos produtores e sua produtividade a tal nível, que supre o mercado local, fortalecendo a economia interna, aumentando, conseqüentemente, o seu poder de competitividade. Por essas e por outras razões, a agricultura familiar nordestina deve ser vista como alternativa para a obtenção de um desenvolvimento mais sustentável, através de incentivos para aumentar a sua produção de subsistência ou para criar estratégias de sobrevivência fora das porteiras de sua propriedade (SOARES; MELO; CHAVES, 2009, p. 60).

Embora essa pesquisa não tenha registrado relatos diretos sobre feiras, é possível inferir que, além do reforço nas políticas públicas e do apoio técnico para aprimorar o cultivo, há uma lacuna significativa na distribuição dos produtos. Nesse contexto, as feiras poderiam desempenhar um papel essencial como canais estratégicos de comercialização, promovendo um melhor desempenho econômico e impulsionando o desenvolvimento local sustentável. A criação e o fortalecimento de feiras não apenas garantiriam escoamento eficiente da produção, mas também aproximariam os produtores dos consumidores, promovendo o consumo consciente e valorizando a agricultura regional.

Um exemplo relevante são as feiras agroecológicas do Cariri paraibano, que têm se consolidado como iniciativas de resistência e transformação social. Entre essas iniciativas, destacam-se a Feira Agroecológica de Monteiro, fundada em 2007, formada por cinco agricultores vinculados à Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro (APAM), e a Feira Agroecológica de Sumé, também inaugurada em 2007, composta por dez agricultores

associados à Associação dos Produtores da Feira Agroecológica de Sumé (APFAS). Essas feiras são mais do que espaços de comércio; elas refletem a luta e a perseverança dos agricultores em um cenário adverso, marcado por longos períodos de estiagem e pela escassez de políticas públicas adequadas à realidade local.

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, como a falta de incentivos governamentais e as dificuldades climáticas, os agricultores acreditam firmemente no sistema de plantio agroecológico. Essa abordagem sustentável alia produção agrícola a práticas que respeitam o meio ambiente, evitando métodos invasivos e preservando a biodiversidade. Além disso, como destacou um dos feirantes, o principal objetivo desse modelo não se resume apenas ao lucro, mas à oferta de alimentos saudáveis e de qualidade para a população, promovendo saúde e bem-estar entre os consumidores.

Essas experiências demonstram que a agroecologia, aliada a feiras locais bem estruturadas, pode contribuir significativamente para a promoção da sustentabilidade econômica e ambiental. Para que esse potencial seja plenamente aproveitado, é fundamental que haja maior engajamento governamental, por meio de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica. O investimento nesses segmentos não apenas melhoraria a qualidade de vida dos produtores, mas também consolidaria feiras como espaços de economia solidária, integração social e preservação cultural. Assim, as feiras agroecológicas do Cariri não são apenas pontos de venda, mas também verdadeiros símbolos de resistência e transformação comunitária.

As feiras agroecológicas emergem como ferramentas essenciais para promover a sustentabilidade da agricultura familiar no Semiárido, impulsionando a geração de renda e acelerando a transição para sistemas produtivos baseados em princípios agroecológicos. Essas iniciativas desempenham um papel estratégico no fortalecimento econômico e social das famílias agricultoras, ampliando sua capacidade de organização e reforçando seu protagonismo na cadeia produtiva e no desenvolvimento local. Além de favorecer a comercialização direta, essas feiras estimulam a cooperação entre produtores e consumidores, criando um vínculo que valoriza o consumo consciente e a preservação ambiental (AZEVEDO et al, 2013, p. 5).

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na geração de renda, no fortalecimento do desenvolvimento local e na promoção da segurança alimentar. Esse modelo produtivo não apenas impulsiona as economias regionais, mas também assegura a oferta de alimentos frescos e diversificados, essenciais para garantir uma nutrição adequada e combater a fome. Desde a década de 1990, o governo brasileiro vem intensificando esforços na busca por

mecanismos eficazes para enfrentar problemas como a fome e a desnutrição, promovendo políticas voltadas à segurança alimentar. Essas iniciativas visam assegurar a qualidade dos produtos, ampliar o acesso da população aos alimentos e garantir uma distribuição justa e eficiente, com especial foco no desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar.

Nas comunidades tradicionais, como as quilombolas do semiárido, a agricultura familiar tem se consolidado como uma prática essencial para a sustentabilidade local e a soberania alimentar. Uma pesquisa realizada com essas comunidades demonstrou que a adoção de práticas agrícolas familiares não apenas garante alimentos suficientes para consumo próprio, mas também contribui para a preservação dos recursos naturais e da identidade cultural local. Essa abordagem fortalece os vínculos comunitários e promove a autonomia das famílias agricultoras, reduzindo sua dependência de fontes externas de alimentos e gerando novas oportunidades econômicas.

A agricultura familiar, além de sua importância econômica, assume uma dimensão social e ambiental relevante. Ao priorizar técnicas sustentáveis, como a agroecologia e o uso de insumos naturais, essas comunidades conseguem preservar o equilíbrio ecológico e enfrentar os desafios impostos pelo clima árido da região. Essa prática, portanto, não apenas atende à demanda por alimentos, mas também atua como um fator de inclusão social e de combate à pobreza, possibilitando um desenvolvimento local mais justo e sustentável. A continuidade e a ampliação de políticas públicas voltadas a essa forma de produção são essenciais para garantir a permanência desses benefícios e fortalecer ainda mais a segurança alimentar no país.

Nesse contexto, a agricultura familiar é uma atividade que sempre contribuiu com a sustentabilidade das comunidades remanescentes quilombolas do semiárido, valorizando as tradições culturais constituídas entre gerações, representante da vida que brota a partir da terra, com símbolos e significados, fazendo parte do cotidiano dos indivíduos desde que nascem, a agricultura apresenta grande responsabilidade referentes às condições socioeconômicas, bem como a uma diversidade de alimentos destinados à subsistência da comunidade (SILVA; MIRA, 2016).

Em Alagoas, de acordo com dados do Ministério da Integração Nacional (MI) apresentados por Pereira Júnior (2007, p. 4), 45,61% do território do estado está inserido na Região do Semiárido Brasileiro, ou seja, quase metade da área total. A população residente nessa região frequentemente se encontra em situação de vulnerabilidade, tornando essencial a implementação de práticas voltadas para o desenvolvimento local.

Para ilustrar a relevância do setor, conforme o Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER, 2019), “a Agricultura Familiar exerce um papel essencial na economia brasileira e, em Alagoas, representa 72% da mão de obra ocupada no meio rural.” Nesse contexto, Barbosa, Reis e Brandão (2017, p. 6) afirmam:

Novas alternativas estão surgindo no ambiente rural para a construção de um processo de desenvolvimento rural, mais próximo a realidade local e que contemple suas particularidades social, econômica, produtiva, cultural e ecológica. Por sua vez, esta forma diferenciada em se pensar e planejar o desenvolvimento rural abre uma nova perspectiva de desenvolvimento para a Região do Sertão Alagoano, uma vez que poderá possibilitar a esta localidade a construção de estratégias socioprodutivas mais alinhadas à realidade local e aos níveis de capitais social, humano, tecnológico, financeiro, ecológico e cultural nela existente.

Os autores defendem a adoção de práticas direcionadas à agricultura familiar, especialmente a agroecologia, como uma estratégia para promover o desenvolvimento. Para isso, é imprescindível que haja políticas adequadas, que respeitem e preservem a qualidade de vida dos envolvidos. Nesse cenário, é fundamental fortalecer a interação com foco nas potencialidades específicas de cada região, promovendo, assim, um desenvolvimento rural mais inclusivo e equitativo:

O meio rural tem vivenciado um processo de transformação socioeconômica, criando novas oportunidades para a inclusão das famílias que nele residem. Essas mudanças vêm se desenvolvendo com base nas características específicas de cada contexto rural. Com o tempo, tais particularidades têm sido compreendidas e interpretadas de formas variadas, uma vez que cada local apresenta uma diversidade de relações sociais que diferem de região para região (BARBOSA; REIS; BRANDÃO, 2017, p. 1).

Com base nessas premissas, o desenvolvimento local deve ser promovido a partir da valorização e aproveitamento das potencialidades inerentes a cada território. Essas características específicas desempenham um papel essencial para impulsionar um crescimento sustentável e alinhado às necessidades e recursos disponíveis na comunidade. Nesse sentido, a abordagem de Buarque, anteriormente analisada, destaca a importância de reconhecer e integrar essas potencialidades como elementos fundamentais para a formulação de políticas e iniciativas locais. A proposta é que o desenvolvimento ocorra de forma participativa e descentralizada,

respeitando as particularidades culturais, sociais e econômicas de cada região, garantindo, assim, um progresso mais justo e sustentável.

5.2 Circuitos curtos de comercialização: mercados para agricultura familiar

A agricultura orgânica e agroecológica tem se consolidado como um dos setores agroalimentares de maior expansão global. Quando se discutem modelos de produção mais sustentáveis, é fundamental destacar a predominância da agricultura familiar nesse mercado, conforme apontam Niederle e Almeida (2013). A relevância da agricultura familiar nesse contexto se deve à sua capacidade de alinhar práticas produtivas com princípios ecológicos, fortalecendo a sustentabilidade econômica e ambiental.

Darolt (2013) destaca que um dos maiores desafios para a construção de um modelo de consumo sustentável é a aproximação entre produtores(as) e consumidores(as). Promover essa conexão envolve incentivar o consumo de alimentos ecológicos por meio de circuitos curtos de comercialização, onde a distância entre a produção e o consumo é minimizada. Esses circuitos contrastam com os modelos tradicionais de cadeias longas, que operam com redes industriais complexas e, muitas vezes, afastam o consumidor do processo produtivo, dificultando o entendimento da origem e qualidade dos alimentos (Cassol e Schneider, 2015).

Nos circuitos curtos, a comercialização acontece predominantemente de forma direta, seja por venda realizada pelo próprio produtor ao consumidor ou por meio de um único intermediário, o que simplifica a cadeia produtiva e fortalece as relações entre as partes envolvidas (Darolt, 2013). Essa modalidade oferece aos agricultores(as) familiares não apenas maior autonomia em relação à produção, mas também maior liberdade em comparação aos circuitos longos, nos quais produtores(as) frequentemente estão vinculados a empresas que impõem regras e condicionam sua produção.

Os agricultores(as) que operam nesses circuitos curtos são, em sua maioria, pequenos produtores(as) familiares, com propriedades de até 20 hectares. Além disso, as práticas agroecológicas nessas propriedades se destacam pela diversificação de culturas e integração de sistemas vegetais e animais, o que aumenta a resiliência das unidades produtivas (Darolt, 2013). A diversificação também permite um melhor aproveitamento dos recursos naturais e fortalece a segurança alimentar das famílias envolvidas.

Outro aspecto relevante destacado por Darolt (2013) é o surgimento de novas alternativas de comercialização para pequenos agricultores(as), como a venda de cestas de produtos entregues diretamente nas residências, a oferta de produtos nas próprias propriedades associadas ao turismo rural, e a inserção em restaurantes, lojas especializadas, cooperativas de

consumidores e plataformas digitais. No Brasil, muitos desses produtores(as) têm obtido bons resultados ao combinar múltiplos canais de venda, com destaque para as feiras livres e programas governamentais de compra de alimentos. As feiras, em particular, têm desempenhado um papel crucial na viabilização do acesso ao mercado, eliminando atravessadores e proporcionando maior controle sobre a renda obtida pelos agricultores(as).

Além de contribuir para a elevação da renda familiar, essas iniciativas fortalecem a organização econômica das comunidades e promovem o desenvolvimento social e ambiental. Assim, os circuitos curtos de comercialização não apenas beneficiam os agricultores(as) ao aumentar sua autonomia, mas também fomentam a conscientização dos consumidores(as) sobre a importância de práticas agroecológicas, gerando impactos positivos na cadeia produtiva e no meio ambiente.

Esse canal de comercialização apresenta uma característica singular de interação, promovendo a aproximação e a troca de conhecimentos não apenas entre os contextos rural e urbano, mas também entre os próprios agricultores. O “espaço-feira” tem se destacado como um ambiente que favorece o intercâmbio de experiências e saberes entre os produtores, algo que seria difícil de alcançar por meio de canais de comercialização mais segmentados ou individualizados. Essa dinâmica fortalece laços sociais e permite a construção de uma rede colaborativa entre os agricultores, enriquecendo tanto as práticas produtivas quanto as relações comunitárias (GODOY; ANJOS, 2007, p. 366).

Ao abordar a construção de mercados para a Agricultura Familiar, é essencial destacar o papel central da certificação na valorização dos produtos. A certificação garante que os agricultores(as) possam comercializar seus alimentos com o selo de "Orgânico" no Brasil, assegurando ao consumidor que os produtos seguem padrões ambientais e sociais rigorosos. Esse processo é crucial para agregar valor aos produtos e fortalecer a inserção dos pequenos agricultores(as) em mercados mais competitivos.

No Brasil, existem diferentes modalidades de certificação, cada uma com características e processos específicos para atender às necessidades dos produtores e às exigências do mercado. Entre essas modalidades, destaca-se a Certificação por Auditoria, na qual uma entidade certificadora independente realiza visitas técnicas e avalia o cumprimento das normas orgânicas. Essa forma de certificação é geralmente mais onerosa e é utilizada por agricultores(as) que desejam acessar mercados maiores e mais estruturados, como redes de supermercados e exportação.

Outra alternativa é representada pelos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), nos quais produtores(as), consumidores(as) e técnicos(as) trabalham em conjunto para verificar e assegurar a conformidade orgânica. Essa modalidade tem se mostrado particularmente vantajosa para grupos de pequenos agricultores, pois fortalece vínculos comunitários e promove maior transparência e confiança entre os envolvidos. Os SPGs reduzem custos de certificação e garantem uma gestão mais democrática do processo, promovendo o fortalecimento de redes locais de comercialização.

Além disso, há a certificação por meio das Organizações de Controle Social (OCS), voltada especificamente para agricultores(as) que participam de programas públicos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A OCS oferece um modelo simplificado, em que a conformidade orgânica é garantida através da fiscalização mútua entre os membros da organização e da supervisão de órgãos públicos. Essa modalidade permite que agricultores(as) familiares, muitas vezes com menor estrutura financeira, acessem mercados institucionais sem a necessidade de recorrer a auditorias externas complexas e onerosas (Schmitt e Grisa, 2013).

Esses diferentes sistemas de certificação ampliam as oportunidades de inserção da Agricultura Familiar nos mercados, garantindo que os produtos orgânicos sejam reconhecidos e valorizados. A pluralidade de modelos também contribui para uma maior inclusão de pequenos agricultores(as) e para a promoção de práticas agroecológicas, fomentando tanto o desenvolvimento rural sustentável quanto o acesso a alimentos de qualidade nos mercados locais e institucionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras livres desempenham um papel essencial na geração de renda para os agricultores familiares, fortalecendo a economia local e promovendo a sustentabilidade social e econômica. Ao permitir a comercialização direta entre produtores e consumidores, esses espaços eliminam intermediários, aumentando os lucros dos agricultores e facilitando o acesso da população urbana a alimentos frescos e de qualidade. Além disso, as feiras incentivam a valorização das culturas locais e fomentam o consumo consciente, fortalecendo a identidade regional e contribuindo para a dinamização das economias rurais e urbanas.

No entanto, os agricultores familiares enfrentam desafios significativos para comercializar seus produtos nesses mercados, como a logística de transporte, a sazonalidade da produção, a falta de infraestrutura adequada e a baixa capacitação em gestão e marketing. Para superar essas dificuldades, é fundamental promover ações integradas, como o investimento em infraestrutura de transporte e armazenamento, a capacitação dos produtores em gestão de negócios e o incentivo à diversificação da produção. Além disso, a criação de redes colaborativas entre produtores e consumidores pode facilitar o escoamento da produção e garantir maior estabilidade nas vendas.

As políticas públicas e os incentivos governamentais voltados ao fortalecimento das feiras de agricultura familiar são fundamentais para ampliar o impacto e a efetividade desses espaços no desenvolvimento rural. Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desempenham um papel estratégico ao garantir a compra da produção familiar, oferecendo segurança de mercado aos pequenos produtores. Além disso, o apoio à criação e manutenção das feiras, por meio de investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais, contribui para a inclusão social e econômica dos agricultores familiares, promovendo um desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF, Anais, 1997. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992.
- AQUINO, Adriana Maria de.; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, vol.X , n.1, p. 137-150. 2007.
- AZEVEDO, M. A.; JALFIM, F. T.; BLACKBURN, R. M.; SANTIAGO, F. dos S. A promoção de feiras agroecológicas como instrumentos eficazes para a sustentabilidade da agricultura familiar no semiárido: a experiência do Projeto Dom Helder Camara. *Cadernos de Agroecologia*, Porto Alegre, p. 1-5, v. 8, n. 2, nov. 2013. Trabalho apresentado no 8º Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2013, Porto Alegre. Disponível em: <http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/cad/article/download/14252/8995>. Acesso em: 9 mar. 2024.
- BARBOSA, L. C. B. G; REIS, E. H. S. dos; BRANDÃO, T. F. B. Agroecologia, vulnerabilidades socioambientais e novas estratégias reprodutivas no Semiárido de Alagoas, Brasil. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, Curitiba, nov. 2017. Anais [...] Curitiba, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt18_1506298030_arquivo_artigo_singa2017_barbosa_reis_brandao.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p.8, Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 05 mar. 2024.
- DAROLT, Moacir Roberto. *Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores*. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.
- KAMIYAMA, A. *Cadernos de Educação Ambiental: agricultura sustentável*, São Paulo: SMA, 2011. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/342993.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- MAIA, N. Compras públicas: políticas de incentivo à organização de agricultores familiares. *Revista Casa da Agricultura*, Campinas, SP, ano 14, n. 1, p. 27-28, 2011.
- MAPA. *Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacionalprodutores-organicos>. Acesso em: 20 de agosto 2024.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro, v.1, n.0, p.11-14, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Agricultura familiar. Brasília: MDA, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. O que é a agricultura familiar. Brasília, DF: MDA, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/oque-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOREIRA, C. Soberania alimentar e alimentação adequada. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2008.

PESSOA, Cristiane Cardoso; SOUZA, Marcelino de; SCHUCH, Ilaine. Agricultura urbana e segurança alimentar: estudo no município de Santa Maria – RS. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 13(1), p.23-37, 2006.

RIBEIRO, E. M.; ÂNGULO, J.L.G.; NORONHA, A.B.; CASTRO, B.S.; GALIZONI, F.M.; CALIXTO, J.S.; SILVESTRE, L.H. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. Unimontes Científica. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun., 2003.

SILVA, W. A. da; MIRA, F. de. Agricultura familiar e segurança alimentar em comunidades quilombolas do Semiárido Alagoano. Revista GeoSertões, Cajazeiras, PB, v.1, n. 2, p. 60-79, 2016. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/download/55/pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SOARES, I. F.; MELO, A. C. de; CHAVES, A. D. C. G. A agricultura familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado – PB. Infotecnarido, Mossoró, RN. v.3, n.1, p. 56-63, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/456/477>. Acesso em: 30 set. 2024.